DocuSign Envelope ID: 3D8A7D21-4331-4D62-AD0D-659900554B77

Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação

CNPJ nº 97.528.044/0001-20

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022, permanecendo à disposição dos acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 17 de abril de 2023

A Administração

Demonstrações Contábeis - Exercício social findo em 31/12/2022 - Em reais

Balanços patrimoniais

Ativo		2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.406.372	2.636.676
Contas a receber	7	4.643.993	5.632.893
Adiantamentos		972.429	17.668
Impostos a compensar	8	424.461	29.895
Estoques	9	829.540	715.178
Tributos diferidos	10	577.332	232.996
Partes relacionadas	11	5.512.686	5.862.768
Outros ativos		187.187	909.672
		14.554.000	**16.037.746**
Não circulante			
Carta de crédito	12	2.053.859	1.490.329
Bloqueio judicial		51.600	57.425
Depósito judicial		197.740	164.770
Outros valores a receber	13	3.186.040	-
Investimentos	14	771.895	278.237
Imobilizado	15	26.779.818	26.762.235
		33.040.952	**28.752.996**
Total do ativo		**47.594.952**	**44.790.742**

Passivo e patrimônio líquido		2022	2021
Circulante			
Fornecedores		1.028.760	1.740.298
Obrigações trabalhistas	16	6.456.465	4.951.952
Obrigações fiscais	17	812.107	667.632
Empréstimos e financiamentos	18	12.667.687	12.889.298
Parcelamentos de impostos	19	239.773	255.062
Acordos a pagar		628.661	-
Outras contas a pagar		297.615	323.853
		22.131.068	**20.828.095**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	14.264.813	12.827.883
Parcelamentos de impostos	19	1.451.969	1.879.715
		15.716.782	**14.707.598**
Patrimônio líquido			
Capital social	21	7.477.925	7.079.670
Reserva de capital		2.787.785	-
Reserva legal		174.434	174.434
Reserva de lucros		945	2.000.945
Prejuízos acumulados		(693.987)	-
		9.747.102	**9.255.049**
Total do passivo e patrimônio líquido		**47.594.952**	**44.790.742**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social			Reservas de lucros			
	Capital subscrito	a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**8.000.000**	**(920.330)**	**-**	**174.434**	**3.178.172**	**-**	**10.432.276**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.177.227)	-	(1.177.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.000.000**	**(920.330)**	**-**	**174.434**	**2.000.945**	**-**	**9.255.049**
Reversão do capital a integralizar	(920.330)	920.330	-	-	-	-	-
Subscrição de ações	398.255	-	-	-	-	-	398.255
Prêmio na emissão de ações	-	-	2.787.785	-	-	-	2.787.785
Distribuição de lucro	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(693.987)	(693.987)	(693.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.477.925**	**-**	**2.787.785**	**174.434**	**(693.042)**	**(693.987)**	**9.747.102**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultados

	2022	2021
Receita bruta		
De serviços	98.870.224	73.588.729
(-) Deduções da receita bruta		
Impostos sobre faturamento	(1.976.605)	(1.475.161)
Receita líquida	**96.893.619**	**72.113.568**
(-) Custo de serviços prestados	(80.942.973)	(59.997.570)
Lucro bruto	**15.950.646**	**12.115.998**
Receitas (despesas) operacionais		
Com pessoal	(7.568.720)	(6.634.274)
Administrativas	(6.740.798)	(3.566.330)
Serviços de terceiros	(1.578.314)	(1.257.578)
Taxas	(173.916)	(385.876)
Outras receitas	2.578.907	438.597
Outras despesas	(278.263)	(167.034)
	(13.761.104)	**(11.572.495)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**2.189.542**	**543.503**
Receitas financeiras	115.122	121.342
Despesas financeiras	(3.342.987)	(2.075.068)
Prejuízo antes dos impostos	**(1.038.323)**	**(1.410.223)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido 22	344.336	232.996
Imposto de renda e contribuição social - corrente 22	-	-
Prejuízo líquido do exercício	**(693.987)**	**(1.177.227)**
Ações do capital integralizado, na data do balanço	7.477.925	7.079.670
Prejuízo líquido por ação (em R$)	(0,09280)	(0,08944)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultados abrangentes

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	**(693.987)**	**(1.177.227)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(693.987)**	**(1.177.227)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2022	2021
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	**(693.987)**	**(1.177.227)**
Ajustes por:		
Depreciação	10.221.157	11.536.956
Provisão para contingências	-	(708.860)
Resultado na venda do imobilizado	(1.506.000)	(260.800)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	988.900	(4.036.433)
Adiantamento	(954.761)	(17.668)
Impostos a recuperar	(394.566)	138.354
Estoque	(114.362)	(146.277)
Tributos diferidos	(344.336)	(232.996)
Outros ativos	722.485	(722.483)
Carta de crédito	(563.530)	(458.156)
Bloqueio judicial	5.825	-
Depósito judicial	(32.970)	127.444
Outros valores a receber	(3.186.040)	-
Fornecedores	(711.538)	(620.386)
Obrigações trabalhistas	1.504.513	426.131
Obrigações fiscais	144.475	70.671
Adiantamento de terceiros	-	(670.007)
Acordos a pagar	628.661	-
Parcelamentos de impostos	(443.035)	(55.021)
Outras contas a pagar	(26.238)	(166.278)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**5.244.653**	**3.026.964**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em terminais	(493.658)	(109.997)
Aquisição do ativo imobilizado	(10.238.740)	(16.284.857)
Receita com vendas de imobilizado	1.506.000	1.606.101
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(9.226.398)**	**(14.788.753)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	12.853.457	18.815.541
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(11.638.138)	(9.733.310)
Distribuição de lucro	(2.000.000)	-
Emissão e subscrição de ações	3.186.040	-
Partes relacionadas	350.082	527.947
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**2.751.441**	**9.610.178**
Redução, líquido, do caixa e equivalentes de caixa	**(1.230.304)**	**(2.151.611)**
No início do exercício	2.636.676	4.788.287
No final do exercício	1.406.372	2.636.676
Redução, líquida, do caixa e equivalentes de caixa	**(1.230.304)**	**(2.151.611)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31/12/2022

1. Contexto operacional: A Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação (denominada de "Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, fundada em 25 de maio de 2011, é uma sociedade anônima fechada, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Em 1 de agosto de 2017, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo a alteração de endereço da Companhia para a Rua Marco Giannini, 533, Jardim Gilda Maria, São Paulo - SP, CEP 05550-000. Em 24 de maio de 2019, foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D13 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2018/0003187-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 64/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D13 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 28 de julho de 2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 6 de setembro de 2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês. E, em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, na Cidade de São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, do Lote D13, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015. **2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **3. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo. **(c) Contas a receber de clientes:** O contas a receber é composto por valores efetivos de serviços prestados pelo transporte público de passageiros. **(d) Estoques:** O estoque está avaliado pelo valor do custo médio, acrescido de sobra ou reduzido pela provisão para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **(e) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2022, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação. O teste de recuperação de ativos foi efetuado com base no valor em uso e as unidades geradoras de caixa para fins de determinação dos fluxos de caixa líquidos de lucros operacionais gerados pelos ativos foram definidas com base nas rubricas veículos e equipamentos de bordo do ativo imobilizado. A taxa de desconto considerada no fluxo de caixa projetado para o período de vida remanescente de seus ativos geradores de fluxos de caixa foi o percentual da taxa Selic. **(f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento presente ou passado, e se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e provável de um recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. **(g) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **(h) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **(i) Instrumentos financeiros:** A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração contábil. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável por redução e suspensão excedente de R$ 20 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, podendo deduzir 100% do prejuízo do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **a. Redução de valor recuperável de ativos:** Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **5. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (correlato ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. • Alteração das normas CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativa contábil. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao *IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* (CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), onde é introduzida uma definição de estimativas contábeis. Essa alteração busca esclarecer a distinção entre os conceitos "mudança nas estimativas contábeis" e "mudança nas políticas contábeis e correções de erros". Além disso esclarecem como as entidades usam técnicas de mensuração e dados para desenvolver estimativas contábeis. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. • Alterações na IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de Políticas Contábeis. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Julgments* (documento de natureza educativa emitido pelo IASB e não publicado pelo CPC no Brasil), em que fornece orientação e exemplos para auxiliar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de política contábil. Essas alterações visam auxiliar as entidades a fornecer divulgações de política contábil que são mais úteis, substituindo a exigência de que as entidades divulguem suas políticas contábeis "significativas" por uma exigência de divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

6. Caixa e equivalentes em caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	579.899	190.959
Aplicações financeiras	826.473	2.445.717
	1.406.372	**2.636.676**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações em CDB, remunerados a taxa entre 65% a 93% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **7. Contas a receber:** Os saldos das operações em 31 de dezembro de 2022, decorrem da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura Municipal de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Transporte.

8. Impostos a recuperar

Descrição	2022	2021
IRRF sobre aplicação financeira	29.895	29.895
IRPJ a compensar	238.151	-
CSLL a compensar	112.939	-
	424.461	**29.895**

9. Estoques: O saldo do estoque é composto de peças, componentes e acessórios para manutenção da frota operacional.

10. Tributos diferidos - Ativo

Descrição	2022	2021
IRPJ diferido	424.509	171.320
CSLL diferido	152.823	61.676
	577.332	**232.996**

O saldo do IRPJ e CSLL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis. As premissas para constituição desses créditos consideraram os históricos de lucros fiscais e as expectativas de auferir lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentados por estudos técnicos que evidenciam como provável a obtenção de lucros tributáveis futuros.

11. Partes relacionadas

Descrição	2022	2021
Cooperativa de Trabalho dos Condutores Autônomo	5.512.686	5.862.768
	5.512.686	**5.862.768**

12. Carta de crédito: Refere-se às cotas de consórcios para futura aquisição de veículos. **13. Outros valores a receber:** Refere-se aos valores a receber pela subscrição e prêmio na emissão de ações. **14. Investimentos:** Conforme item 3.49 do contrato, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato.

15. Imobilizado

		2022			2021
Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos	25%	70.016.427	(47.310.562)	22.705.865	22.568.619
Equipamentos de informática	20%	334.571	(122.311)	212.260	235.624
Máquinas e equipamentos	10%	271.904	(122.541)	149.363	178.620
Equipamentos embarcados	10%	2.353.251	(948.856)	1.404.395	1.395.580
Ferramentas	10%	104.942	(35.345)	69.597	78.770
Móveis e utensílios	10%	467.670	(64.140)	403.530	401.645
Instalações	10%	2.200	(1.210)	990	1.208
Benfeitoria em imóvel de terceiros	10%	1.913.762	(79.944)	1.833.818	1.902.169
		75.464.727	**(48.684.909)**	**26.779.818**	**26.762.235**

Movimentação do custo

Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
Veículos	63.680.137	9.958.290	(3.622.000)	70.016.427
Equipamentos de informática	298.007	36.564	-	334.571
Máquinas e equipamentos	271.904	-	-	271.904
Equipamentos embarcados	2.123.209	230.042	-	2.353.251
Ferramentas	97.481	7.461	-	104.942
Móveis e utensílios	461.287	6.383	-	467.670
Instalações	2.200	-	-	2.200
Benfeitoria em imóvel de terceiros	202.348	1.913.762	-	1.913.762
	68.847.987	**10.238.740**	**(3.622.000)**	**75.464.727**

Movimentação da depreciação

Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
Veículos	(41.111.519)	(9.821.043)	3.622.000	(47.310.562)
Equipamentos de informática	(62.383)	(59.928)	-	(122.311)
Máquinas e equipamentos	(93.284)	(29.257)	-	(122.541)
Equipamentos embarcados	(727.629)	(221.227)	-	(948.856)
Ferramentas	(18.712)	(16.633)	-	(35.345)
Móveis e utensílios	(59.642)	(4.498)	-	(64.140)
Instalações	(990)	(220)	-	(1.210)
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(11.593)	(68.351)	-	(79.944)
	(42.085.752)	**(10.221.157)**	**3.622.000**	**(48.684.909)**

16. Obrigações trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	1.267.742	909.381
Férias a pagar	271.368	494.946
INSS a recolher	817.105	348.850
FGTS a recolher	256.370	69.852
Pró-labore a pagar	98.435	58.512
Provisão de férias	3.661.956	2.982.030
Outros	83.489	88.381
	6.456.465	**4.951.952**

17. Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
INSS - Desoneração	561.873	543.855
IRRF a recolher	243.497	117.238
Outras	6.737	6.539
	812.107	**667.632**

18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa	2022	2021
Capital de giro	0,70% a 1,69% a.m.	3.420.584	3.247.096
Financiamento	0,74% a 1,15% a.m.	23.511.916	22.470.085
		26.932.500	**25.717.181**
	Circulante	12.667.687	12.889.298
	Não circulante	14.264.813	12.827.883

Movimentação de empréstimos e financiamentos

Modalidade	2021	Captação	Provisão de juros	Pagamento Principal	Pagamento Juros	2022
Capital de giro	3.247.096	3.693.685	182.833	(3.520.197)	(182.833)	3.420.584
Financiamento	22.470.085	9.159.772	2.867.694	(8.117.941)	(2.867.694)	23.511.916
	25.717.181	**12.853.457**	**3.050.527**	**(11.638.138)**	**(3.050.527)**	**26.932.500**

19. Parcelamentos de impostos

	2022	2021
Curto prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	79.780	61.992
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	159.993	193.070
	239.773	**255.062**
Longo prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	478.681	567.818
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	973.288	1.311.897
	1.451.969	**1.879.715**

a) Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Demais Débitos - PRT, dos tributos federais do período de novembro de 2014 a dezembro de 2015, em 180 parcelas. **b)** Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Débitos Previdenciário - PRT, do período de dezembro de 2014 a junho de 2016, em 145 parcelas. **20. Provisão para contingências:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **Passivos contingentes - risco de perda possível:** A Companhia possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R$ 5.072.103 (R$ 3.533.906, em 2021), não sendo, portanto, requerida sua provisão na data. **21. Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social é de R$ 7.477.925, sendo 6.333.670 ações ordinárias nominativas com direito à voto e 746.000 ações preferenciais nominativas sem direito à voto.

22. Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2022	2021
Prejuízo operacional antes dos impostos	**(1.038.323)**	**(1.410.223)**
Provisões não dedutíveis	-	708.860
Demais despesas não dedutíveis	25.571	16.081
Prejuízo real antes da compensação de prejuízos fiscais	**(1.012.752)**	**(685.281)**
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL	-	-
Prejuízo real depois da compensação de prejuízos fiscais	**(1.012.752)**	**(685.281)**
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	344.336	232.996

23. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros. **24. Informações suplementares:** Em 31 de dezembro de 2022, a partir dos saldos apresentados no balanço patrimonial acima, a Companhia apresentava os seguintes índices:

Índice contábil	Fórmula	Memória de cálculo	Índice calculado
Liquidez Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	14.554.000 / 22.131.068	0,6576
Liquidez Geral	(Ativo circulante+ Realizável a longo prazo) / (Passivo circulante+ Exigível a longo prazo)	(14.554.000 + 5.489.239) / (22.131.068 + 15.716.782)	0,5296
Liquidez Seca	(Ativo circulante- Estoques) / Passivo circulante	(14.554.000 - 829.540) / 22.131.068	0,6201
Quociente de Solvência	Ativo total / (Passivo total- Patrimônio líquido)	47.594.952 / (47.594.952 - 9.747.102)	1,2576
Endividamento Total	(Passivo circulante+ Exigível a longo prazo) / Ativo total	(22.131.068 + 15.716.728) / 47.594.952	0,7952

Willamys da Silva Bezerra - Diretor Presidente
Ewerton Aparecido Magalhães Carneiro - Contador - CRC 1SP-268250/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e administradores - Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Imobilizado:** Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do ativo. O saldo do imobilizado é composto, substancialmente, pela conta de veículos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção da relação do ativo imobilizado; ii) recálculo das depreciações; e (iii) revisão do mapa de adições e baixas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos empréstimos e financiamentos e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. • **Empréstimos e financiamentos:** Para fins de aquisição de ônibus e vans, a Companhia captou recursos junto às instituições financeiras. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do passivo e pelas penalidades na qual estão sujeitas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção do entendimento sobre as liberações de recursos, o cálculo de atualizações, o cronograma de pagamentos e demais cláusulas contratuais; e ii) recálculo dos juros baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos empréstimos e financiamentos e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. • **Receita de serviços:** O faturamento da Companhia é decorrente da quantidade de passageiro transportado. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** N